

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Inês Von Mühlen

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:  
Uma construção participativa**

Porto Alegre  
1º semestre  
2016

Inês Von Mühlen

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:  
Uma construção participativa**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

*Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Goreti Farias Machado*

Porto Alegre  
1º semestre  
2016

Inês Von Mühlen

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:  
Uma construção participativa**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Goreti Farias Machado – Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Nalu Farenzena – FACED/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Beatriz Gomes da Silva – FACED/UFRGS

*À minha família.*

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus, nosso Senhor, que me acompanhou durante toda essa trajetória, permitindo que eu chegasse até aqui.

A minha mãe, Nelci, que amo muito e que sempre me deu todo o apoio e força nos momentos em que mais precisei. Sem você eu não seria nada!

Aos meus irmãos, Ivete, Alete Leandro e Leonardo, por não me deixar desistir e me motivar a buscar sempre o melhor de mim.

Ao meu companheiro, Charles, por toda força, ajuda, paciência e dedicação comigo durante toda a graduação. Obrigada por estar presente quando mais precisei do seu apoio! Te amo!

As minhas amigas da graduação, Alessandra e Gabriela, por estarem sempre ao meu lado, nesses momentos tão difíceis e conturbados, deixando esse processo mais leve e tranquilo. Que nossa amizade vá muito além da Universidade.

A toda a minha família e amigos que estiveram presentes em minha vida, nos momentos bons e, também, nos ruins, ajudando sempre que foi preciso.

A minha professora orientadora de TCC, Maria Goreti Farias Machado, que esteve comigo durante esse último semestre do curso de Pedagogia, dividindo saberes e, com isso, auxiliando na construção de minhas concepções didáticas pedagógicas.

As professoras Maria Beatriz Gomes da Silva e Nalu Farenzena por, sem hesitarem, aceitaram fazer parte da minha banca quando lhes foi solicitado.

A todos aqueles que se sentem um pouquinho participantes do meu processo docente, meu muito obrigada! Amo muito todos vocês!

“O conhecimento era um bem privado, associado ao verbo *SABER*. Agora, é um bem público ligado ao verbo *FAZER*.”

Peter Drucker

## RESUMO

As escolas públicas têm a possibilidade de construir sua identidade, por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Sua elaboração e construção deve ser fundamentada no princípio da gestão democrática. Portanto, faz-se necessário à participação efetiva de toda a comunidade escolar, que é composta pelos pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade. Seguindo esse viés, esta pesquisa tem por objetivo, refletir acerca da gestão e implementação do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Estadual, localizada no município de Teutônia – RS e identificar quais desafios e práticas desenvolvidos no processo de busca da gestão democrática na instituição de ensino pública estadual analisada. Considerando o princípio da gestão democrática elencada na legislação vigente, como ponto de partida desta pesquisa, buscamos alicerce nas concepções de diferentes estudiosos da área, mas principalmente nas obras de Paro, que concebem a gestão democrática como algo fundamental para a melhoria no ensino público. Assim, esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de caso de natureza qualitativa que utiliza análise documental como principal procedimento metodológico. Ao decorrer da pesquisa foi evidenciado que é possível desenvolver uma gestão democrática através de estratégias que possibilitem a descentralização de poder e a participação efetiva de todos os segmentos que fazem parte da escola no processo educativo, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelas escolas da rede estadual de ensino.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Gestão democrática. Comunidade escolar.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Questionários por segmento .....	24
----------------------------------------------------	----



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização de Teutônia no RS .....	23
-------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	12
<b>3</b>	<b>ABORTAGEM TEÓRICA</b> .....	14
3.1	Gestão da educação – uma visão histórica .....	14
3.2	Democratização da gestão escolar – mecanismos de participação .....	15
<b>4</b>	<b>ABORDAGEM METODOLÓGICA</b> .....	21
4.1	Contexto da pesquisa .....	22
<b>5</b>	<b>O PPP DE UMA ESCOLA PÚBLICA - UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA</b> .....	25
5.1	A construção do Projeto Político Pedagógico .....	25
5.2	Analisando a Gestão e Implementação do PPP .....	26
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	32
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
	<b>APÊNDICES</b> .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é uma prática social e histórica e, dessa forma, abrange concepções e projetos sociais. No entanto, é fundamental mencionar que:

A educação é antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de 'saber social' (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (GRZYBOWSKI, 1986 apud FRIGOTO, 1996)

Seguindo essa prerrogativa, este estudo aborda a importância de se trabalhar numa perspectiva democrática, em um ambiente que propicie a participação da comunidade escolar nas ações desenvolvidas na escola, especialmente, na elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico.

Compreendendo que a luta por uma escola cada vez mais democrática, que tenha a participação de toda a comunidade escolar é o compromisso que deve ser assumido por todos os profissionais da educação e um direito de todos os que compactuam com a Escola.

Dessa forma a presente pesquisa tem por finalidade compreender a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual, localizada no município de Teutônia, RS, principalmente, conceber se o PPP da Escola foi construído observando o princípio da gestão democrática escolar.

Trata-se de um estudo de caso, cujos principais procedimentos são pesquisa documental e aplicação de questionários, que propiciaram a elaboração de quadros contendo os dados coletados para posterior análises.

Neste estudo apresento inicialmente a justificativa e contextualização da pesquisa. A seguir abordo as concepções teóricas que fundamentam minhas análises. No item quatro trato da abordagem metodológica. A construção participativa do PPP da escola é abordada no item cinco, contendo também a análise dos dados coletados. Após apresento minhas considerações finais.

## 2 JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Há décadas a gestão democrática esta diretamente associada à luta de educadores organizados por meio de movimentos sociais que buscam defender uma proposta de educação pública de qualidade. Através dessa luta, que visa à democratização da educação, originou-se o princípio da gestão democrática instituído na Constituição Federal (BRASIL, C. F. art. 206, 2006). Conseqüentemente, após a instituição desse princípio, as instituições de ensino conquistaram legitimidade para praticar a democratização da gestão escolar.

Conforme Gadotti (2001) a Lei de Gestão Democrática do Ensino Publico que concede, as instituições de ensino, autonomia pedagógica, financeira e administrativa, somente terá bons efeitos se os gestores, professores, funcionários, pais e alunos, juntos construírem e exercitarem essa autonomia. Partindo dessa prerrogativa, para uma gestão democrática surtir bons resultados, é necessário a participação de todos os seguimentos da comunidade escolar, estabelecendo e criando espaços de interação de saberes que viabilizem a diversidade de compreensão da instituição de ensino. Essa nova dinâmica organizacional das instituições de ensino tem como objetivos principais, o desenvolvimento integral dos estudantes e o progresso da instituição de ensino por meio da gestão e implementação de um Projeto Político Pedagógico que abrange as exigências coletivas.

Na direção dessas afirmações, o propósito desse trabalho de conclusão de curso é conceber quais são os desafios e as praticas desenvolvidas no processo de busca da gestão democrática na instituição de ensino pública estadual. Conforme Paro (2006, p. 25) “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las”.

Nesse contexto, o presente trabalho procura refletir acerca da gestão e implementação do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual, localizada no município de Teutônia – RS. A pesquisa foi realizada utilizando como base de análise os documentos que regem as ações escolares, sendo eles, Regimento

Escolar e Projeto Político Pedagógico e um questionário que foi respondido por representantes da comunidade escolar.

### 3 ABORDAGEM TEÓRICA

No presente capítulo, apoio-me sobre os estudos de estudiosos do campo da Educação, para analisar o trabalho de forma mais crítica, procurei referenciais teóricos que contemplassem o foco selecionado para este estudo: a Gestão e Implementação do Projeto Político Pedagógico.

#### 3.1 Gestão da educação – uma visão histórica

Para que possamos falar sobre Gestão Democrática precisamos, inicialmente, contextualizarmos historicamente os processos democráticos na Educação. Como afirma Freire (2001): “... O mundo não é. O mundo está sendo. (...) Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. (...) caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade...”. Rastreamos fatos históricos sobre Gestão Democrática na Educação, descobri que entre as décadas de 60 e 80 essa proposta foi sendo inserida nas instituições de ensino, por meio de debates e discussões a respeito dos temas, participação e democratização da gestão escolar. Utilizo-me das palavras de Vianna (1986), a qual relato fatos sobre essas décadas, “experiências isoladas de gestão colegiada de escolas sempre existiram, mas não tiveram um impacto maior sobre os sistemas de ensino”.

No decorrer da década de 80, as propostas relacionadas ao processo de democratização da gestão escolar ganharam mais forças, passando a ser muito debatidas e discutidas em virtude da grande luta pela constituinte de 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, popularmente conhecida como Constituição Federal de 1988, a qual instituiu o princípio da Gestão Democrática do Ensino Público, sacramentado em seu artigo 206, inciso VI.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Durante a década de 90, mais especificamente no ano de 1996, o princípio federal da Gestão Democrática é ratificado pela Lei nº 9394/96<sup>1</sup>, no art. 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

E no art. 15.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

O atendimento do princípio da Gestão Democrática se faz nas normas específicas das esferas subnacionais de governo, através de mecanismos de participação como trato a seguir.

### 3.2 Democratização da gestão escolar – mecanismos de participação

O termo democratização, no presente trabalho, é empregado no sentido da democratização das ações referentes à organização e o funcionamento das instituições de ensino públicas. Nessa perspectiva, evidencio medidas que estão sendo realizadas visando à partilha do poder entre dirigentes, professores, funcionários, pais e alunos, bem como, a participação nas tomadas de decisão. Conforme as palavras de Paro:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, haverá melhores condições

---

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos. A esse respeito vejo no conselho de escola uma potencialidade a ser explorada. (2001, p. 21)

Para que a participação de toda comunidade escolar<sup>2</sup> de fato aconteça, faz-se necessário o uso de alguns mecanismos, dentre eles destaco, a instituição de um conselho escolar, eleição de diretores e autonomia financeira da instituição de ensino.

Sirvo-me do conceito utilizado pelo Ministério da Educação para definir os Conselhos Escolares:

Órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolares e locais, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004, p. 34)

Nesse sentido, o conselho escolar é um órgão da instituição de ensino pública, que têm seu amparado legal legitimado no artigo 14, inciso II da Lei 9394/96 que garante “participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes”. Dessa forma, constitui-se em uma organização obrigatória e legitimada legalmente.

Seu processo de instituição parte tanto da iniciativa dos dirigentes escolares quanto de qualquer outro membro da comunidade escolar. O Conselho Escolar é formado por aproximadamente trinta membros (no mínimo dez), sendo, entre estes, 50% pais e alunos e, os demais 50% professores e funcionários. Esses integrantes são escolhidos através de eleição, da qual podem participar todos os integrantes da comunidade escolar. Cada instituição de ensino é responsável por estabelecer

---

<sup>2</sup> Entende-se, neste trabalho, comunidade escolar como sendo, os dirigentes, professores, funcionários, pais e alunos que frequentam essas instituições de ensino públicas.



regras que preservem a democracia e transparência durante o processo de eleição, evitando, dessa forma, qualquer tipo de favorecimento pessoal na eleição. Tendo em vista que, “O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico”. (BRASIL, 2004 p. 37)

Os integrantes do conselho escolar devem, obrigatoriamente, reunir-se uma vez por mês. Durante essas reuniões têm como prerrogativas, decidir sobre questões de cunho político-pedagógico, administrativo e financeiro da instituição de ensino. Também lhes é conferido o dever de analisar as ações, planejar intervenções para que possam cumprir com as finalidades da instituição escolar. Sendo responsável, também, pela elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição.

A eleição de diretores, elencada como um mecanismo de participação da gestão democrática das instituições de ensino pública, se faz presente em redes municipal e em redes estaduais de ensino. No Rio Grande do Sul iniciou seu processo de instauração na década de 60. Todavia, foi legalmente instaurada pela Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, em seu artigo 7º: “Os Diretores das escolas públicas estaduais poderão ser indicados pela comunidade escolar de cada estabelecimento de ensino, mediante votação direta. ”.

Já em 2001, ocorreram algumas alterações na legislação corresponde a eleição de diretores, essas alterações são encontradas na redação da Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001, em seu artigo 19: “O processo de indicação de Diretores de estabelecimentos de ensino público estaduais será feito mediante votação direta pela comunidade escolar e exigida a participação em curso de qualificação para a função”.

No entanto, a escolha dos dirigentes pode se dar de outras formas, além da eleição direta. Paro (2003) destaca três categoriais como sendo as principais para o provimento ao cargo de gestor das instituições escolares públicas: a) nomeação, b) concurso e c) eleição. E destaca que a primeira categoria carrega as marcas do clientelismo político, sendo, dessa forma, a categoria mais criticada, mas que continua presente nas instituições de ensino. No que se refere a categoria concurso (PARO, 2003, p.19) entende que “as principais virtudes apontadas para o concurso

são, pois, a objetividade, a coibição do clientelismo e a possibilidade de aferição do conhecimento técnico do candidato”.

Utilizando-me ainda das obras de Paro, o qual argumenta que a eleição de diretores, sendo utilizada como um mecanismo de democracia é uma das melhores categorias para o provimento do cargo de gestor das instituições escolares públicas. Em contrapartida, o autor deixa evidente que a escolha dos gestores escolares realizada por meio de eleição é apenas um dos fatores para a democratização, ou seja, é o passo inicial para uma longa caminhada em busca da participação da comunidade escolar na vida escolar. Dessa forma, é necessário, também, analisarmos a função dos gestores das instituições de ensino público. Conforme Alonso (1988) as funções do diretor são muito mais abrangentes do que mera administração dos recursos:

“A partir das modernas concepções de administração enfatizam-se o aspecto decisório mais que o executório, mostrando a figura do diretor como responsável pelo bom êxito escolar e não pelo seu simples e mecânico funcionamento”. (ALONSO, 1988, p.184)

Dessa forma, as ações dos gestores necessitam criar um ambiente participativo nas instituições escolares públicas.

Outro mecanismo de democratização das instituições escolares públicas é a autonomia financeira, legalmente elencada, na LDBEN, Lei nº. 9.394/96, em seu artigo 15, onde consta:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Seguindo a mesma linha, o artigo 75, § 3º, dessa mesma lei, estabelece: “[...], a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola”. No entanto, essa autonomia financeira encontrada na LDBEN, versa sobre uma autonomia que não é absoluta, mas que tem por objetivo agilizar os procedimentos para liberação de recursos financeiras para as instituições de ensino públicas.

Conforme Polo (2001), O importante é que a escola possa responder rapidamente a demandas simples, mas de grandes reflexos no seu funcionamento, como a realização de reparos e conservação de suas dependências físicas, de seus móveis e equipamentos, e possa efetuar a compra de determinados bens, inclusive materiais didático-pedagógicos, bem como contratar certos serviços, fundamentais para que sua proposta pedagógica possa ser cumprida (POLO, 2001, p. 281).

Somente após a instauração da legislação que versa sobre a autonomia financeira das instituições escolares públicas, algumas mudanças ocorreram nessas instituições. Pois, além dos repasses de verbas dos entes federativos, as mesmas puderam utilizar-se de outras estratégias/mecanismos para arrecadar fundos. Rifas, bingos, festas são alguns exemplos das estratégias/mecanismo utilizadas pelas instituições.

Agora que já analisamos individualmente cada um dos mecanismos da gestão democrática das instituições de ensino públicas, constatamos que a democratização é realizada de forma processual e, necessita, a participação de toda comunidade escolar.

Pensar sobre essa efetiva participação significa construir mediações capazes de garantir que os obstáculos não se constituam em imobilismo, que as diferenças não sejam impeditivas da ação educativa coerente, responsável e transformadora. Esse contexto relacional implica em buscar o objetivo comum que é o desenvolvimento integral do aluno e do sucesso da escola através da implantação de um Regimento Escolar e um Projeto Político Pedagógico que traduzam os interesses e anseios coletivos.

Buscando encontrar uma definição sobre Projeto Político Pedagógico, utilizo-me das palavras de Veiga, a qual destaca que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

A autora explica porque o projeto é político e pedagógico:

É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (Veiga, 2002, p. 1)

No entanto, para que Projeto Político Pedagógico realmente tenha êxito, é necessário que a escola juntamente com a comunidade escolar desenvolva o Regimento Escolar, que, de acordo com Caldieraro (2006) p. 28, “Regimento Escolar é o documento originado do Projeto Pedagógico que disciplina a vida escolar”. No entanto, para entender melhor o conceito de Regimento Escolar, destaco a resolução N° 236, que conceitua o Regimento Escolar como sendo:

[...] é um documento que, por natureza, reclama elaboração coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar. Exatamente por ser a tradução formal do projeto pedagógico da escola, não pode prescindir da participação de ninguém em sua formulação. Por essa razão, não é documento que se elabore às pressas, mas exige que se disponha de certo tempo, para permitir que o processo participativo – moroso, quase sempre – possa acontecer. (Res. CEED/RS- 1998 N° 236 – JUSTIFICATIVA. P. 7)

Dessa forma, tanto o Regimento Escolar quanto o Projeto Político Pedagógico devem ser construídos pelos professores, pais, alunos, coordenadores e diretores estabelecendo uma comunicação dialógica com toda a comunidade escolar.

## 4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A presente pesquisa é um estudo de caso de natureza qualitativa que utiliza análise documental como principal procedimento metodológico.

Para definir estudo de caso, utilizo Yin (2005, p. 32) o qual defende que “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto estão claramente definidos”. Seguindo a mesma linha, Patton (2002, p. 447) diz que o propósito de um estudo de caso é “colher informações compreensivas, sistemáticas e em profundidade sobre o caso de interesse”.

Este estudo de caso tem um caráter descritivo, sendo apresentado de maneira qualitativa. De acordo com Richardson (1999)

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação e certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos [...] contribuir no processo de mudança [...] e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos... (RICHARDSON, p.80).

Como podemos observar, a pesquisa qualitativa pode ser utilizada quando o projeto tem por objetivo encontrar concepções a cerca de determinado tema, para isso, o pesquisador deve realizar escolhas de técnicas adequadas para a coleta e tratamento dos dados.

Dessa forma, a análise documental tem como sua mais importante característica, a fonte primária dos dados. Segundo Cellard (2008, p.295), “O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social e [...] realizar alguns tipos de reconstrução [...], portanto, constitui fonte preciosa para todo pesquisador em ciências sociais”. Em alguns casos, o documento “pode ser o único vestígio da atividade humana [...] único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”.

No entanto, o autor alerta, para os cuidados que o pesquisador precisa atentar, pois o documento é um instrumento que o pesquisador não domina e que não pode sofrer alterações, é necessário que ele seja aceito tal como ele se

apresenta (ibidem, p.299) e afirma ser essencial uma avaliação crítica da documentação que se pretenda analisar.

É nesse contexto de pesquisa que o presente trabalho se insere, objetivando compreender a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual.

#### 4.1 Contexto da Pesquisa

A escola, objeto deste estudo pertence a rede estadual de ensino e pertence a 3ª Coordenadoria de Educação. Oferece acesso às etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio e modalidades de ensino. Possui o total de 725 alunos.

A Escola Estadual está localizada no município de Teutônia/RS, na região do Vale do Taquari. A Figura 1 mostra a localização do município de Teutônia no Rio Grande do Sul, município onde a Escola Estadual está localizada, e constitui o objeto de estudo sobre Projeto Político Pedagógico. O município abrange uma área de 179,17 km<sup>2</sup> e está localizado na região do Vale do Taquari, mais precisamente na encosta inferior do nordeste. A altitude média é de 83 metros (ponto mais baixo: 37,5 metros; ponto mais alto: 600 metros). O território do município é banhado pelo Arroio Boa Vista, que deságua no Rio Taquari. A Figura 1 – traz a localização do município de Teutônia /RS.



Figura 1 - Localização de Teutônia no RS

Fonte: Google Imagens. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Westf%C3%A1lia#/media/File:RioGrandedoSul\\_Municip\\_Westfalia.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Westf%C3%A1lia#/media/File:RioGrandedoSul_Municip_Westfalia.svg). Acesso em 02 jun. 2016

Observando a situação atual da maioria das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, a Instituição analisada, está mobilizada e atenta, na luta e na rua, mobilizando a comunidade escolar para que não aceitem esta situação de desvalorização da educação em nosso estado e país. Dentre as reivindicações, destaca-se a falta de valorização e respeito aos educadores que têm seus salários parcelados e a ausência de repasses de recursos para manutenção da merenda.

Embora a Instituição esteja em estado de greve, não hesitaram em contribuir com a realização desta pesquisa. Dessa forma, os dados referentes ao tema do estudo foram disponibilizados pela Instituição analisada. Constituindo-se do PPP e Regimento Escolar, na forma impressa. Além dos documentos foram realizados

questionários<sup>3</sup> com pais, alunos, professores, funcionário, coordenação pedagógica e direção da escola da seguinte forma:

Quadro 1 - Questionários por segmento

Representação	Número de questionários
Pais	3
Alunos	3
Professores	3
Funcionários	3
Coordenação pedagógica	1
Direção	1

Elaboração própria

A amostra de questionários levou em conta ter a participação de todas as tipologias dentro de cada segmento. Para o segmento funcionários serão três questionários para contemplar a representação dos setores administrativo, serviços gerais e merenda. No segmento professor, foram aplicados um questionário em cada etapa e modalidade de ensino (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) totalizando três professores. Da mesma forma foram aplicados um questionário por alunos de cada etapa e modalidade de ensino, totalizando três alunos.

O PPP foi analisado buscando identificar nos artigos referências às práticas democrática na gestão e em todas atividades pedagógicas.

Os questionários foram organizados de modo a possibilitar a identificar a incidência ou não de procedimentos democráticos na construção do Projeto Político Pedagógico.

---

<sup>3</sup> Inicialmente, seriam feitas entrevistas com a comunidade escolar da Instituição analisada, no entanto, devido ao movimento de greve das escolas estaduais, optei por substituir o instrumento entrevistas por questionário.



## 5 O PPP DE UMA ESCOLA PÚBLICA - UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

Este capítulo apresenta algumas análises sobre o entendimento atribuído ao PPP, pelos diferentes segmentos da Instituição estudada e sobre a sua implementação nas práticas escolares. Para tanto, articulou-se o embasamento teórico estudado na construção do presente trabalho, juntamente com os dados coletados por meio de questionários e a leitura do PPP e do Regimento Escolar.

### 5.1 A construção do Projeto Político Pedagógico

A tarefa do diretor é coordenar a elaboração do PPP e, para isso, tornam-se necessários, momentos de planejamento pensados, discutidos e postos em prática por todos aqueles que compõem a escola: alunos, funcionários, professores, dirigentes e comunidade, pois esses são considerados como sujeitos ativos de todo o processo de gestão.

Além da participação, a autonomia constitui-se um princípio básico da gestão democrática, pois não é possível construir um PPP coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática; ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo.

Assim, significa que o Projeto Político Pedagógico é uma construção conjunta, procurando atender às necessidades da sociedade e da comunidade envolvidas. A discussão entre todos os segmentos da escola é essencial para que o projeto tenha resultado no cotidiano escolar.

Como diz Veiga:

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p. 1)

Nessa perspectiva, o PPP precisa ser colocado em prática por todos da escola, é indispensável o seu uso, principalmente para a organização da escola como um todo e para a organização da sala de aula.

Com isto, é preciso salientar, que as ações planejadas por uma escola e documentadas no seu PPP, dificilmente irão resolver a problemática de outra escola, pois cada projeto é pensado dentro das condições concretas de cada escola.

## 5.2 Analisando a Gestão e Implementação do PPP

A Instituição analisada é uma Escola da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, localizada no município de Teutônia. A instituição disponibilizou o PPP atual, aprovado no ano de 2015. Para analisá-lo, tornou-se necessário, primeiro, entender o Regimento Escolar, pois o Regimento é um importante documento de referência para o funcionamento da escola. Nele está materializado o PPP com registros dos procedimentos, funções, atribuições e composição de cada um dos diferentes segmentos e setores da escola. (BAIRROS; SILVA, 2006, p. 4)

Segundo as autoras, o Regimento Escolar deve contemplar os seguintes aspectos: filosofia do estabelecimento, finalidades, objetivos do estabelecimento, objetivos dos níveis e modalidades de ensino oferecida, organização pedagógica, regime de matrícula, organização didático-curricular do curso, avaliação, estudos de recuperação, controle de frequência, classificação dos alunos, transferência escolar, certificação, medidas pedagógicas de caráter corretivo, ano/período letivo e calendário escolar, plano integrado da escola e acompanhamento e avaliação das normas regimentais.

O Regimento Escolar da instituição observada contém todos os itens ditos como obrigatórios. Sendo assim, levanta-se a hipótese de que a construção do PPP desta instituição tenha sido o resultado de um processo coletivo que garantiu uma apropriação significativa de suas grandes diretrizes, e conseqüentemente, uma adequada transposição para o Regimento, na forma de regras institucionais. Destaca-se que o Regimento Escolar foi construído a partir de planejamentos e

ações entre todos os segmentos da comunidade escolar e esse dado fortalece a hipótese de que o mesmo procedimento tenha caracterizado a gestão da construção do PPP. Conforme destaca Bairros e Silva.

"Logo, se a formulação coletiva do PPP representa um espaço para a construção de uma escola pública democrática, da mesma forma o será o Regimento Escolar que dele se origina, se o coletivo da escola reconhecer a estreita ligação e interdependência que existe entre esses dois importantes documentos que fazem parte da vida e da organização escolar." (BAIRROS; SILVA, 2006, p. 3)

Dessa forma, na Instituição analisada neste estudo, a equipe diretiva é a instância colegiada, que tem como uma de suas funções articular, elaborar, propor, problematizar, mediar, operacionalizar e acompanhar o PPP da escola, a partir das deliberações e encaminhamentos do Conselho Escolar, que é o órgão colegiado, de representação da comunidade escolar e é, também, a principal instância da escola, composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: alunos, pais/responsáveis, professores e funcionários, tendo como membro nato o Diretor da escola.

O Conselho de Escolar, com a voz e o voto dos diferentes atores da escola, interno e externos, desde os diferentes pontos de vista, delibera sobre a construção e a gestão de seu PPP. A Equipe pedagógica da escola também participa do planejamento, execução e avaliação do PPP. No entanto, é o diretor da escola quem participou e coordenou as discussões e a elaboração do PPP, bem como acompanha a sua implementação.

O PPP que está sendo analisado no presente trabalho foi construído a partir de reuniões com os professores, tais reuniões eram desenvolvidas durante as reuniões pedagógicas que ocorrem semanalmente, ou seja, não aconteceram reuniões extraordinárias para tratar do PPP. Da mesma forma, durante as reuniões com o Circulo de Pais e Mestres (CPM) da escola e, nas reuniões do Conselho Escolar, foram realizados momentos em que foram debatidas questões referentes à construção do PPP.

No entanto, como o intuito da escola em construir o novo PPP era buscar informações importantes junto às famílias da comunidade escolar, visando elencar elementos significativos para dar a este documento a identidade atual do

educandário. Dessa forma, para que as informações fossem obtidas, foi utilizado um questionário enviado para as famílias que retornou para a escola devidamente preenchido.

Elenco, nas próximas linhas, as questões importantes para análise, extraídas dos apontamentos de cada uma das esferas da comunidade escolar.

Dessa forma, a partir das respostas das famílias, verificou-se que os pais acreditam no trabalho da direção, existindo um bom relacionamento. Percebem o engajamento da equipe, elogiam o trabalho feito, especialmente por estarem envolvendo e colocando a par, cada vez mais, as famílias da comunidade escolar, sobre tudo que acontece dentro da escola. Veem, hoje, os professores preocupados e bem preparados para atenderem seus filhos, tendo na direção, pessoas igualmente qualificadas. E estão cientes da importância de se fazerem presentes como família responsável por este processo.

Quando questionado sobre a forma com que podem contribuir com a melhoria da escola, colocam que é orientando seus filhos em casa e acompanhando as atividades escolares deles sempre, fazendo-se presentes, participantes e atuantes nas programações da escola, sejam elas festivas ou mais serias, como reuniões de pais e palestras, por exemplo. A maioria dos pais acredita que para a escola prosperar ainda mais, deve envolver e comprometer, sempre que possível, a comunidade escolar, especialmente os pais.

Considerando muito importante o que pensam os alunos do educandário, os mesmos também responderam a um questionário que trouxe inúmeras informações relevantes.

De modo geral, gostam muito da equipe diretiva, pois dizem que, sempre que necessário, são ouvidos por ela. Que a direção sempre atende, prontamente, aos pais, organiza palestras, reuniões e eventos que consideram ser muito bons, envolvendo toda a comunidade escolar.

Ao que veem os alunos, a equipe diretiva está fazendo um trabalho muito bom. São pessoas preocupadas, organizadas, atenciosas e rígidias. E poderia, ainda, ser mais rígidia em algumas ocasiões.

As funcionarias da escola sentem-se felizes, valorizadas e realizadas em seu trabalho. Relatam que o ambiente está cada vez melhor harmonioso e que mantém

um bom relacionamento com todo o grupo de colegas. Percebem que todos trabalham com muito amor, com paixão e são motivados. Veem que a equipe diretiva é unida e busca objetivos em conjunto.

Os professores veem a equipe diretiva comprometida com sua função, sempre preocupada em desempenhar da melhor maneira possível toda e qualquer tarefa que lhes é destinada. Ouve opiniões, sempre que viável, permite que os professores pensem sobre determinadas situações, permite que os professores participem de várias decisões. É uma equipe diretiva que tem autoridade sem autoritarismo. São pessoas exigentes e compreensivas. Preocupadas em realmente fazer educação. Primam pela integração e por um trabalho transdisciplinar.

Já, nos questionários aplicados para este estudo os respondentes reafirmaram o que já haviam apontado nos questionários da escola, isto é, os pais conhecem o PPP da escola e participaram da construção do mesmo. Informam, também, que com frequência a direção escolar incentiva participação da comunidade escolar na construção do PPP.

Os funcionários conhecem o PPP da escola, participam, em alguns momentos da sua construção. Informam que a direção, frequentemente, incentiva a participação da comunidade escolar na construção do PPP.

Os professores conhecem o PPP da escola e participaram da construção do mesmo. Afirmaram que a escola, frequentemente, capacita-os em vista da construção do PPP e que o PPP, frequentemente, é implementado na plenitude pelos docentes.

No entanto, os alunos que responderam o questionário desta pesquisa, contradizem-se. Disseram não saber da existência do PPP e, da mesma forma, que não participaram da sua construção. Informaram que a direção envolve os alunos nas tomadas de decisões somente algumas vezes, mas, que os mesmos gostariam de se envolver, sempre, nas decisões da escola. Já, a participação dos alunos no Conselho Escolar é frequente.

Portanto, analisando os discursos do questionário aplicado para a presente pesquisa, encontro muitas discrepâncias nas respostas, pois, ao mesmo tempo em que os alunos informam que tem espaço de participação nas tomadas de decisão, também afirmam que não participam desse processo, mas que gostariam de

participar. Isso é conflituoso como resposta. Posso deduzir de certa forma que eles não têm clareza do real papel que exercem na Instituição e do espaço que é disponibilizado pelos gestores para que ocorra essa participação.

A diretora da instituição, quando questionada sobre seu papel na condução do processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico da escola, informou que inicialmente deve-se criar estratégias para que todos os segmentos participem, depois, para que todos se tornem conhecedores e então que se implemente e execute o PPP. Aponta, também, que participaram da construção do PPP da escola os pais, alunos, funcionários e professores. Dentre os aspectos que facilitaram ou prejudicaram a participação da comunidade escolar na construção do PPP da escola, destacou os que dificultaram a construção, dentre eles a compilação dos dados e as reuniões por segmentos. De acordo com a direção da escola, a comunidade escolar, em geral, tomou conhecimento do novo PPP de forma parcial.

Segundo afirma a diretora, na instituição, a revisão do PPP é constante. Especialmente no final do ano letivo, momento em que é reavaliado para início do próximo ano letivo. Dessa forma, a revisão do PPP da escola é realizada anualmente, porém a cada três anos essa revisão é feita de forma mais intensa.

O coordenador pedagógico, durante a condução do processo de construção e implementação do PPP da escola, foi o articulador, redator e provocador de todo processo, de todas as etapas do processo de reavaliação e construção da proposta político-pedagógica da escola.

Para assegurar a efetiva participação da comunidade escolar na construção do PPP da escola, utilizou-se como metodologia, inicialmente, envolver os professores, solicitando que estes releiam o PPP vigente. Em seguida provocando-os através de reuniões e debates, principalmente, levantando a necessidade de que este documento representa a realidade da escola. Depois, foram reunidos os pais, CPM e Conselho Escolar, onde é evidenciando a necessidade do novo planejamento. Para traçar a realidade, foi realizada a aplicação de questionários a pais, alunos, funcionários e professores da escola. Posteriormente, foi feita a compilação de todos os dados. A partir dos dados já compilados e das propostas de implementação, foram realizadas novas reuniões e debates para revisar cada

subitem do PPP, inclusive releitura e análise para conferir se esta nova versão está de acordo com o que já é previsto no Regimento Escolar. Por fim, foi feita a apresentação da redação final e aprovação do novo PPP.

Ao questionar a coordenação da escola, sobre a participação dos funcionários, na construção do PPP, afirmaram que a participação é singela. Afirmam que teria sido muito mais valioso, produtivo se tivessem aplicado o questionário oralmente. Pois, poucos retornaram ao questionário escrito. E, a preocupação da escola em ter optado pela aplicação escrita dos questionários, foi deixa-los à vontade para serem verdadeiros, sem interferência na resposta.

Quanto à participação dos docentes, na construção do PPP da escola, a coordenação afirma que os mesmos participam frequentemente. No entanto, alguns docentes, preocupavam-se muito mais com o que “era correto”, no ponto de vista da legislação, do que, em descrever a realidade da escola para programar, planejar a partir dela.

Os pais, segundo a coordenação da escola, participaram frequentemente da construção do PPP.

Ao descrever a participação dos alunos, na construção do PPP da escola, a coordenação informa que apenas em alguns momentos os mesmos participam. Afirmam, com muita lastima que, poucas vezes os alunos foram convidados para participar da elaboração do PPP. No entanto, para a coordenação da escola, o Jovem, principalmente o aluno do Ensino Médio, sabe reivindicar e apontar as necessidades de mudanças na escola, mas nem sempre os professores e/ou gestores sentem-se confiantes em dar esta autonomia ao educando.

Contudo, pode-se perceber a partir das falas dos questionados, que a escola propicia momentos de participação da comunidade escolar, mas, no entanto, esses momentos não são desfrutados efetivamente pela maioria dos convidados. Dessa forma, acredita-se ser necessário que a escola repense suas estratégias, de modo a tentar incluir o máximo de participantes na construção e elaboração do PPP, bem como, em todas as decisões tomadas pela escola. Mas, cabe ressaltar que a comunidade escolar, também precisa fazer sua parte, deve interar-se sobre seus direitos e deveres dentro da instituição de ensino. Com isso, estarão sendo contemplados os anseios de ambos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto Político Pedagógico mostrou que o discurso da gestão democrática, seja pela perspectiva das concepções pedagógicas ou pela legislação vigente, se defronta com resistências. No percurso de efetivação da gestão democrática escolar, haverá sempre o confronto entre o que a escola 'quer ser' e o que ela alcança ser no complexo fluxo do seu cotidiano. E neste sentido, precisamos pensar que as necessidades dos sujeitos decorrem dos seus interesses e desejos. Trazer a vida para dentro da escola oportuniza aprendizagens significativas e úteis para os alunos, proporciona o desenvolvimento da autonomia, criticidade e cidadania. Mas, para que isto ocorra, a escola necessita ser um espaço aberto ao imprevisto, democrática e produtora de saberes.

Dessa forma, não existem cartilhas para elaboração e construção do PPP de uma escola, pois é no fazer democrático de sua construção, que se aprende. Portanto, a proposta pedagógica da escola deve condizer com este movimento, evidenciando seu caráter provisório, inacabado e reflexível.

Seguindo com as análises da presente pesquisa, observei as respostas dos questionários, e a partir delas, chego a algumas constatações referentes ao processo de gestão democrática na gestão e implementação do PPP da Escola Estadual. As informações coletadas nos questionários mostram que a direção da escola tem desenvolvido práticas democráticas e de inclusão da comunidade ao ambiente escolar, de acordo com o que expressaram os entrevistados e pela análise do projeto.

Constatou-se também que há uma certa dificuldade dos pais, alunos e comunidade em geral em participar efetivamente das decisões tomadas na escola, visto que a maioria trabalha e/ou estuda nos horários das reuniões, o que impossibilita a participação nos encontros. Quanto à participação nas atividades da escola, percebe-se que há o reconhecimento, por parte desta população, do esforço dos professores e da direção da escola, no sentido de motivá-los a participar das ações da escola. Também, é evidente a preocupação dos pais e responsáveis com o desenvolvimento e a aprendizagem dos filhos.



Partindo das análises, identifico aspecto importante sobre a gestão democrática: a importância de se acreditar no desenvolvimento de uma gestão democrática, apesar das adversidades. No entanto, para que isto aconteça, é fundamental pensar a gestão de forma diferente e procurar modificar as práticas antes utilizadas, visando uma educação de qualidade. Os desafios devem ser enfrentados, tendo em vista a necessidade de inovação para superar os problemas encontrados no dia-a-dia da escola.

Neste contexto, são de suma importância, o trabalho participativo e a valorização das sugestões trazidas pela comunidade escolar, para que todos sejam, efetivamente, integrantes do processo educativo. O que parece conclusivo é que, salvo melhor juízo, apropriassem da sua contribuição na elaboração do Projeto Político Pedagógico, toda a comunidade escolar, como forma de adequar os objetivos sociais propostos pela escola a sua prática do dia-a-dia e que, no fim, tem o mesmo objetivo que é formar o cidadão do amanhã.

Dessa forma, os estudos levam a concluir que a construção, execução e avaliação do PPP no atual contexto legislativo e educacional é, sem dúvida, responsabilidade da comunidade escolar. Ao se juntar esses três aspectos, o PPP ganha existência indicando a direção a seguir para os gestores, professores e também, funcionários, alunos e família. Ele deve procurar ser completo para seguir essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Identifico que este PPP que as escolas tanto almejam, só será alcançado quando a construção do mesmo for de forma coletiva, e isso só vai acontecer em uma escola que possui uma gestão democrática, “compreendida não apenas como um princípio, mas também como um objetivo a ser atingido, para configurar-se como uma prática educativa inserida no contexto da escola.” (VEIGA, 2009)

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: **conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública** / elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CALDIERARO, Ires Parisotto. **ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: Institutos Legais, Organização e Funcionamento**. Porto Alegre: Edição da autora. 2006. p. 28

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.695**, de 10 de dezembro de 2001. Altera a Lei n. 10.576/95 sobre Gestão Democrática do Ensino Público.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.576**, de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CEED/RS Nº 236** de 21 de janeiro de 1998. Regula a elaboração de Regimentos Escolares de estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do Capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1993.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. São Paulo: Xamã, 2003.

PATTON, M. G. **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002. p. 447

POLO, J. C. **Autonomia de gestão financeira da escola**. In: GIÁCIO, M.; RODRIGUES, M. (Orgs.). Guia de consulta para o programa de apoio dos Secretários Municipais de Educação – PRASEM III. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2001. p. 281.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 80.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da; BAIROS, Mariângela Silveira. **Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico: Espaços para a construção de uma Escola Pública Democrática**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1ª edição, 2006-2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição Papyrus, 2002. p.1

\_\_\_\_\_, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político - Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade**. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009

VIANNA, I. O. A. **Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo: EPU, 1986.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICES



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_ para participar de Pesquisa relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna *Inês Von Muhlen*, sob a orientação da professora Dra. Maria Goreti Farias Machado para fins de obtenção do título de graduada no Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista (escrita, gravada e/ou com imagens). Se você aceitar participar, estará contribuindo com o aperfeiçoamento da formação docente, das unidades escolares da rede pública estadual de ensino e das políticas educacionais.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço através do telefone (51) 9997.7895 e do e-mail [ines\\_charles@hotmail.com](mailto:ines_charles@hotmail.com)

Porto Alegre, 05 de maio de 2016

Inês Von Muhlen,  
Pesquisadora

### Consentimento Pós-Informação

Pelo presente instrumento, declaro que fui suficientemente informado (a) sobre todos os aspectos da pesquisa e, após ter esclarecido todas as minhas dúvidas a respeito \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ mesma, eu

\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ concordo em participar da mesma.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura

## Questionário - Diretora

Identificação:

- Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- Tempo de trabalho na Rede Estadual de Ensino:
- Tempo de trabalho nesta escola:
- Processo seletivo pelo qual passou para ocupar a função de gestor:
- Tempo de lotação na função de gestor:

Qual o papel do diretor (a) na condução do processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico desta escola.

De acordo com as normas locais, quais os procedimentos para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola?

Quais instancias participaram da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

Aspectos que facilitaram ou prejudicaram a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Qual o tempo destinado para a construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

Existem registros em Atas com os momentos de formação de Projeto Político-Pedagógico da escola?

De que forma a Comunidade escolar em geral tomou conhecimento do novo do Projeto Político-Pedagógico da escola?

Qual a previsão de revisão do Projeto Político-Pedagógico da escola?

## Questionário – coordenador pedagógico

Identificação:

- Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- Tempo de trabalho na Rede Estadual de Ensino:
- Tempo de trabalho nesta escola:
- Tempo de ocupação na função de coordenador pedagógico:

Qual o papel do coordenador pedagógico na condução do processo de construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola da escola?

Qual a metodologia utilizada para assegurar a efetiva participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

Como descreve a participação dos funcionários, na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

Como descreve a participação dos docentes, na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

Como descreve a participação dos pais, na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

Como descreve a participação dos alunos, na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas vezes ( ) Nunca ( ) Não sei



## Questionário – Professora

Identificação:

- Sexo:  Masculino  Feminino
- Turnos de trabalho:  Manhã  Tarde  Noite
- Turmas em que trabalha nesta escola:
- Tempo de docência na Rede Estadual de Ensino:
- Tempo de docência nesta escola:

A escola possui Colegiado Escolar?

- Sim  Não  Não sei

A escola possui Conselho de Classe?

- Sim  Não  Não sei

A escola possui Grêmio Escolar?

- Sim  Não  Não sei

Conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?

- Sim  Não

Os docentes participam da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

- Sempre  Frequentemente  Algumas Vezes  Nunca  Não sei

A escola tem mostrado preocupação em capacitar seus professores em vista na construção do Projeto Político - Pedagógico?

- Sempre  Frequentemente  Algumas Vezes  Nunca  Não sei

O PPP é implementado na sua plenitude pelos docentes?

- Sempre  Frequentemente  Algumas vezes  Nunca  Não sei

## Questionário – Funcionária

Identificação:

- Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- Escolaridade:
- Função que desempenha:
- Turno de trabalho: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
- Tempo de trabalho na Rede Estadual de Ensino:
- Tempo de trabalho nesta escola:

Conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?

- ( ) Sim ( ) Não

Os funcionários participam da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

- ( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas Vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

A direção incentiva a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

- ( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas Vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

## Questionário – pais/responsáveis

Identificação:

- Sexo:  Masculino     Feminino
- Escolaridade:
- Profissão:
- Número de filhos que estudam na escola:

Conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?

- Sim                                       Não

Participou da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

- Sim                                       Não

A direção da escola procura envolver os pais/responsáveis nas decisões relativas a melhorias na escola?

- Sempre    Frequentemente    Algumas Vezes    Nunca    Não sei

Os pais participam das reuniões quando convocados?

- Sempre    Frequentemente    Algumas Vezes    Nunca    Não sei

Gostaria de se envolver mais nas decisões da escola?

- Sim                                       Não

## Questionário – Alunos

Identificação:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade:

Conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?

( ) Sim ( ) Não

Participou da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?

( ) Sim ( ) Não

A direção da escola procura envolver os alunos nas decisões relativas a melhorias na escola?

( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas Vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

Os alunos participam do Conselho escolar

( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas Vezes ( ) Nunca ( ) Não sei

Gostaria de se envolver mais nas decisões da escola?

( ) Sim ( ) Não